



G.A.

guiamado@edglobo.com.br

GUILHERME AMADO
É JORNALISTAA COVID E A PRESSA DE 31
MILHÕES DE BRASILEIROS

As próximas semanas, em que o Congresso decidirá sobre a extensão ou não do auxílio emergencial e em que moldes, serão decisivas para definir quão profundo será o impacto social da pandemia na vida dos extremamente pobres (8,5 milhões) e pobres (23 milhões), portanto 31,5 milhões. É com essa turma que a pandemia, com seu impacto transversal na sociedade, será ainda mais dura, pelas mortes, pela falta de leitos e respiradores e também pela falta de dinheiro para comer. Há argumentos fortes dos vários lados da discussão sobre prorrogar ou não o auxílio, e também há lógica na turbinação do Bolsa Família, como defendido pelo governo Bolsonaro, a quem interessa politicamente matar o nome do programa do PT e ter um para chamar de seu (deve se chamar Renda Brasil). Mas o último pagamento previsto em lei para o auxílio emergencial está sendo pago neste mês. Nesta quinta-feira 25, quando escrevo, ainda não há decisão tomada sobre como será julho nem indicativo de que haverá nos próximos dias. Parece e é descaso. O impacto econômico e consequentemente social desta pandemia é gigantesco. Nenhum país escapará dele, mas o Brasil, que já vinha de uma violenta crise fiscal e social, sofrerá mais ainda. Enquanto a Bovespa reage e a Faria Lima dá entrevistas otimistas, mendigos, camelôs, lavadores de carro, lavadores e centenas de outros profissionais têm de tentar arrumar uma máscara, torcer por um sabonete para lavar as mãos e sair à rua, seja para trabalhar, seja para esmolar. Mesmo os necessitados que conseguiram receber o auxílio estão saindo de casa, as pesquisas apontam. Afinal, se o presidente diz que é uma gripezinha, por que não o fariam?

É quase unânime que o auxílio foi necessário. Mesmo os Chicago Boys se renderam a Keynes neste momento. Mas sua execução foi e é malfeita.

Uma pesquisa do DataFavela, parceria da Central Única das Favelas e da Locomotiva Pesquisa & Estratégia, mostrou que quase sete em cada dez famílias que vivem nas favelas brasileiras pediram o auxílio, mas 41% ainda não receberam nenhuma parcela do benefício. Mais e mais

exemplos de gente que não precisa, mas solicitou e recebeu, têm aparecido. O governo falhou na velocidade de implementação do pagamento, nas dificuldades técnicas do aplicativo para usá-lo, na falta de sensibilidade para criar mecanismos de acesso aos menos letrados e até na logística das filas da Caixa Econômica.

Politicamente, o auxílio tem sido um oásis para Bolsonaro. Por mais chapéus de vaqueiro que Bolsonaro tenha colocado de 2018 para cá, ele é majoritariamente execrado no Nordeste. Ainda é até hoje, mas as pesquisas vêm mostrando uma inédita melhora de sua popularidade nos estados que elegeram Fernando Haddad e não ele. Há uma decisão política tomada no governo sobre a necessidade de Bolsonaro ter um programa de transferência de renda seu. O Renda Brasil, preferido por Paulo Guedes, custaria anualmente cerca de R\$ 50 bilhões. Seria um incremento generoso ao escopo hoje atendido pelo Bolsa Família, que custa R\$ 30 bilhões. Mas seria bem menos do que custa o auxílio emergencial. Só neste trimestre, foram R\$ 152 bilhões — o equivalente a 2% do PIB anual.

Um dos mais respeitados economistas sociais brasileiros, Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas está preocupado. Ele considera que a década entre 2013 e 2022 não será uma década perdida, mas a década do retrocesso. Faz projeções que mostram o Brasil do último ano do governo Bolsonaro no mesmo patamar do Brasil do início do mandato de Lula ou mesmo do Plano Real. Ou seja, retroagiríamos a 2003 ou a 1994. Socialmente, os números que Neri aponta são de fazer chorar. O total de brasileiros em extrema pobreza, ou seja, os que têm US\$ 1,25 para viver por dia, aumentou 67% de 2014 até 2019. De 1990 a 2015, a extrema pobreza brasileira havia sido reduzida em 73%. Só de 2014 a 2019, ela aumentou 67%. Claro que esse retrocesso não significa que perdemos tudo que tínhamos avançado, mas é uma perda muito expressiva. A desigualdade aumentou por 18 trimestres consecutivos, do final de 2014 até meados de 2019, quando a incipiente retomada que se avizinhava fez com que ela estagnasse. Mas foi uma rápida lua de mel. Em 2020, já voltamos a ficar mais desiguais. Foi esse o quadro que o coronavírus encontrou ao aportar aqui.

Neri considera fundamental estender o auxílio, mas defende que o valor devesse ser menor, em torno de R\$ 300,



O auxílio emergencial termina em junho, e o Brasil ainda não definiu o que fará para aplacar a cada vez mais grave situação social

devido à situação fiscal e à necessidade de usar os recursos do Tesouro para outras missões da tentativa de reativação econômica. “O auxílio é jogar dinheiro do helicóptero. Foi importante, mas é muito dinheiro que não necessariamente vai chegar a quem mais precisa”, explicou, citando um indicador de concentração, interessante para robustecer seu ponto de vista, por sintetizar em número quem mais se beneficia de uma determinada política. Nele, -1 é o mais pobre e +1 é o mais rico. Vamos lá: o índice do Bolsa Família é -0,65. O do Benefício de Prestação Continuada (BPC), salário mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, está em -0,08. O do auxílio emergencial é 0,01.

Neri presidiu o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e foi ministro no período petista, mas é crítico do que Guido Mantega fez em 2008. E pela mesma razão considera um erro discutir neste momento o Renda Brasil, o programa que Bolsonaro quer criar para matar o Bolsa Família. Em crises como as de 2018 e a de 2020, o Brasil em especial tende, mais que outros países, a tentar perpetuar benefícios que deveriam ser temporários. Foi assim naquela vez, quando políticas de crédito público que deveriam ser emergenciais se tornaram permanentes, agravando a situação fiscal e sendo parte das razões que nos levaram à recessão. “Não acho que seja o momento de definirmos nosso futuro, porque os sentimentos estão à flor da pele. Este momento mexe com compaixão, com o que de mais profundo é do ser humano. Isso pode influenciar a tomada de decisão da sociedade.”

E há algo ainda mais dramático para os pobres, que é o possível agravamento da situação sanitária com a flexibilização do isolamento num timing errado. Já há estu-

dos comprovando que a decisão dos governadores e prefeitos, tomada em grande parte pela pressão de empresários, foi errada.

Há cerca de dez dias, o economista Raj Chetty, a maior referência mundial em economia social e aposta anual para o Nobel, apresentou uma pesquisa que ele e colegas de Harvard conduziram sobre a resposta econômica dos governos à pandemia. Chetty concluiu que, ao contrário do que defende o governo Bolsonaro, a Fiesp e a imensa maioria do empresariado brasileiro, reabrir o país apressadamente não melhora a economia no curto prazo. A conclusão comprovou um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) sobre a pandemia de 1918, da gripe espanhola.

Chetty comparou os estados americanos de Minnesota e Wisconsin. Minnesota reabriu semanas antes de Wisconsin, mas, ao se avaliarem os padrões de consumo dos dois estados, Minnesota não teve nenhum aumento da atividade econômica na comparação com Wisconsin depois da reabertura. “A razão principal por que as pessoas estão consumindo menos não parece ser a determinação de isolamento feita pelo Estado. Estão comprando menos porque os de alta renda podem trabalhar de casa e estão sendo cautelosos e preferindo o isolamento por razões de saúde”, explicou Chetty em um webinar organizado por Princeton.

Longe dos gabinetes de decisão, julho tende a ser um mês duro para quem vende o almoço para comprar o jantar. Não é minha realidade, provavelmente não é a sua, leitor de ÉPOCA. Mas tem gente com fome. E nosso presidente tem tudo, menos pressa.

COM EDUARDO BARRETTO E NAOMI MATSUI